

George W. Bush e a nova “Guerra nas Estrelas”

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

Em 1983, o presidente americano, Ronald Reagan lançou a ideia de um programa para proteger os Estados Unidos de ataques nucleares. Batizado de “Iniciativa de Defesa Estratégica” (IDE), foi logo apelidado de programa “Guerra nas Estrelas”, devido ao caráter futurista que se atribuía a ele.

Em termos estratégicos, o IDE não foi concebido como um “guarda-chuva” a prova de falhas, que protegeria cada centímetro do território americano. Ele seria uma arma de dissuasão, capaz de limitar drasticamente os efeitos de um ataque nuclear maciço aos Estados Unidos e de preservar a arma central de seu arsenal nuclear, ou seja, os mísseis balísticos baseados em terra. Sem a certeza de causar danos incapacitadores aos EUA e de destruir as suas armas em terra, a União Soviética jamais se atreveria a um ataque de surpresa e a paz estaria, assim, garantida.

Na sua concepção original, o “escudo espacial” funcionaria da seguinte maneira: numa primeira fase, satélites de reconhecimento detectariam o lançamento dos mísseis inimigos. Após serem processados por gigantescos computadores, os dados dos satélites permitiriam o posicionamento de satélites e estações espaciais armadas de raios laser e o disparo de mísseis antibalísticos baseados em terra,

destruindo a força atacante antes que ela atingisse os EUA.

Em síntese, a ideia de armas de energia e mísseis para eliminar os riscos de um ataque nuclear não era nova. Os americanos já vinham trabalhando com essa tecnologia há muitos anos. Os soviéticos também investiam pesadamente nela e mantinham mesmo um sistema de mísseis antibalísticos operacional em torno de Moscou, enquanto os americanos tinham desativado o seu sistema de proteção à América do Norte nos anos 60, por considerá-lo ineficiente contra os modernos mísseis nucleares. A originalidade de Reagan foi a escala em que ele imaginou a construção do sistema, a ser instalado em um prazo relativamente curto e a custo de um trilhão de dólares.

No decorrer dos anos 80, as críticas a esse projeto foram inúmeras. Desde técnicas (como a dificuldade em manipular raios laser e o poder dos computadores necessários para processar todas as informações) até financeiras e estratégicas. Para muitos críticos, o sistema não protegeria realmente os Estados Unidos, pois muitos mísseis balísticos passariam pelo escudo (para não falar nos baseados em submarinos e aviões) e os custos

acabariam por afundar a economia americana.

Há indícios de que o presidente Reagan e parte substancial do Pentágono acreditavam piamente na viabilidade do escudo espacial para proteger os Estados Unidos. No entanto, em muitos setores do governo e da sociedade americanas, ele não foi pensado apenas como uma arma estratégica. Para o Pentágono e para a indústria bélica e aeroespacial, ele significava um aumento substancial das verbas disponíveis e um grande motor para alavancar a superioridade tecnológica americana no mundo. Já para a “linha dura” do governo Reagan, era uma maneira de colocar mais pressão na União Soviética, que seria forçada a criar algo igual. A cúpula soviética realmente se apavorou com essa possibilidade, pois a economia do país, já em plena decadência, não só teria como bancar essa corrida. A visão desses limites nacionais foi determinante, aliás, para a ascensão de Mikhail Gorbachev, e de suas propostas para reformar o país, no Kremlin em 1985.

Com a Perestroika e o fim da União Soviética, as justificativas para um escudo espacial daquele porte desapareceram. Ainda assim, dezenas de bilhões de dólares foram aplicados no desenvolvimento da tecnologia do escudo no governo Bush (com resultados variáveis) e a ideia passou a ser criar uma rede protetora bem menos ambiciosa, baseada em mísseis de terra e com o objetivo único de proteger algumas áreas chave do território americano.

O governo Clinton continuou a investir no projeto, mas com um objetivo ainda menor: uma rede de radares, satélites e mísseis antimísseis capazes de destruir apenas alguns mísseis balísticos por

vez. Seria esta a capacidade nuclear dos Estados inimigos dos Estados Unidos (Irã, Iraque, Coreia do Norte) nas próximas décadas e o escudo, portanto, teria apenas que lidar com esta ameaça. Clinton, porém, apesar de autorizar o desenvolvimento da tecnologia, preferiu deixar para o próximo presidente a decisão de instalar ou não o sistema.

Esse próximo presidente, George W. Bush, decidiu colocar o plano em prática. A maioria dos especialistas militares acha pouco provável que algum país se atrevesse a lançar um ataque nuclear aos Estados Unidos (pois a resposta seria a sua eliminação da face da Terra) e considera muito mais perigosos ataques bacteriológicos ou nucleares via terrorismo. Além disso, é questionável se o escudo realmente bloquearia os mísseis atacantes. Bush, porém, parece convencido de que os obstáculos técnicos podem ser vencidos e que a coisa certa a fazer é iniciar a implantação do sistema.

Na verdade, este projeto, em termos militares, se encaixa como uma luva na atual doutrina militar americana: a guerra só pode ser feita desde que não existam riscos de soldados ou civis americanos morrerem. Um escudo para proteger os civis americanos é uma derivação lógica dos sistemas antimísseis que o Pentágono desenvolve para proteger as tropas americanas em campo de batalha e da tradicional preocupação americana em manter os efeitos de seus conflitos internacionais fora do território do país.

Como aconteceu com o original, contudo, esse escudo não é simplesmente uma arma. Ele também representa uma maneira de injetar montanhas de dinheiro na indústria aeroespacial, bélica e eletrônica americana, garantindo o domínio americano nesses ramos ainda por

muitos anos e desenvolvendo agora a tecnologia que dará, em 20 anos, o controle do espaço aos EUA. Cortar programas sociais e investir na indústria bélica, além disso, é uma tradição republicana que George W. Bush demonstra seguir com clareza.

Não é difícil entender a irritação do resto do mundo com os EUA. O escudo espacial, se funcionar, consolidará ainda mais a supremacia militar americana e tem o potencial de reduzir Rússia e China à categoria de potências militares de segunda classe. Os europeus ocidentais também não se sentem satisfeitos com essa demonstração do poder e da superioridade dos Estados Unidos. No entanto, nem China nem Rússia têm condições de impedir os desejos de Washington e nem de criar algo para se contrapor ao projeto americano. A proposta recente de Putin, convidando os europeus ocidentais a financiarem um escudo russo-europeu, demonstra (se não foi apenas uma

jogada de marketing) ou a ingenuidade ou o desespero dos russos.

De qualquer forma, algo tem que ser creditado aos planejadores americanos. Por mais que questões de momento (como distribuir verbas, garantir empregos, etc.) estejam presentes nas decisões sobre o escudo, ao menos parte da discussão sobre ele parte dos planos e projetos para manter a supremacia econômica e militar americana no mundo, ou seja, do seu projeto nacional. Eles, ao menos, ainda mantêm um projeto e pensam o futuro. Ao contrário de certos países, cujas elites só conseguem ver o imediato e preferem pensar em garantir os lucros ao mercado internacional, minimizar a incompetência que levou à crise energética e sufocar comissões de inquérito no Congresso do que efetivamente fazer ou propor algo para colocar o país realmente no século XXI.



* **JOÃO FÁBIO BERTONHA** é
Doutor em História e professor da Universidade
Estadual de Maringá.